

ATA N.º 07/2020

---- Reunião ordinária do dia vinte dois de abril de dois mil e vinte.-----

---- No dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte, reuniu o órgão executivo ordinariamente, através de videoconferência, com a participação de Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento Administrativo e Financeiro, para redação da respetiva ata.-----

---- Foram registadas as seguintes participações: António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Ricardo Manuel Tavares da Silva, Maria Elisabete Martins Henriques e Raul Alberto da Conceição Duarte, Vereadores. -----

---- A reunião foi declarada aberta às quinze horas e vinte minutos, tendo sido dispensada a leitura da ata da reunião anterior, por ter sido enviada uma cópia, previamente, a todos os membros que estiveram presentes naquela reunião, depois de ter sido aprovada e assinada em minuta no final da mesma.-----

---- A votação da ata da reunião de 08 de abril de 2020 foi adiada para a próxima reunião, com vista a serem introduzidas as intervenções dos vereadores no primeiro ponto sobre os pedidos de prorrogações de empreitadas. -----

Ordem de Trabalhos

- Autorização de Despesas Covid-19-----
- Auto de Medição n.º 27 da Empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”-----
- Bolsas de Estudo – Lista Definitiva-----
- Incentivo à Natalidade – Aprovação de Candidaturas-----
- Aquisições Amigáveis de Terreno – “Naturvouga”-----
- Isenção de Taxas Administrativas-----
- Devolução de Taxa – Associação de Artesãos de Sever do Vouga-----

Período de Antes da Ordem do Dia

Resumo Diário de Tesouraria:-----

Em 17 de abril de 2020, o “Resumo Diário de Tesouraria” apresentava os seguintes valores: operações orçamentais = € 1 004 589,09 (um milhão, quatro mil, quinhentos e oitenta e nove euros e nove cêntimos) e operações não orçamentais = € 560 721,07 (quinhentos e sessenta mil, setecentos e vinte e um euros e sete cêntimos).-----

Fundos Disponíveis: - Em 17 de abril de 2020, os fundos disponíveis apresentavam o valor em euros de € 1 291 317,65 (um milhão, duzentos e noventa e um mil, trezentos e dezassete euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

Correspondência:-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação contida nos mapas, nas informações e nos outros documentos a seguir indicados: -----

– Conta Corrente de Fundos Disponíveis:-----

Paulo Martins interveio para dizer que considerava ser muito alto o valor de € 2 574,39, pago à Foto Arestal, para a aquisição de um computador para o gabinete financeiro e contabilidade, referente a um estágio PEPAL. -----

O Diretor de Departamento informou que essa despesa não dizia respeito apenas a um computador e que a descrição devia ser mais completa com todos os artigos que foram adquiridos.-----

O presidente da Câmara disse que o computador em causa tinha sido uma opção, de acordo com a opinião do gabinete de informática e do serviço que requisitou o equipamento. -----

Pedro Lobo interveio para perguntar de que se tratava o valor de € 13 417,81, com a descrição “fiscalização, coordenação e segurança no Centro Escolar de Sever do Vouga”. O presidente da Câmara explicou tratar-se do valor do contrato da fiscalização da obra, que será debitado ao empreiteiro daquela obra para posterior transferência a favor do município, de acordo com o contrato celebrado para esse efeito. -----

Pedro Lobo disse desconhecer que a Foto Arestal, Lda. vendesse desinfetantes e perguntou se tinham solicitado algum tipo de orçamento ou se era o primeiro preço que apresentavam.-----

O presidente da Câmara disse que, em algumas situações, nem preços havia, porque houve alturas em que era muito difícil adquirir esse produto, o que ainda acontece, e, em muitos casos, tinha sido adquirido onde havia produto para entrega. -----

Pedro Lobo disse que bastava o senhor presidente ter-lhe telefonado, pois tinha-se manifestado disponível para isso, que lhe indicava os sítios onde comprar aquele produto, pois tinha vários colegas seus ligados a unidades hospitalares, e, por exemplo, disse que a Rikor está a produzir desinfetante. -----

O vereador Raul Duarte referiu que, na altura da encomenda, não estava a fazer. -----

O presidente da Câmara disse existirem muitos sítios, mas que o problema estava na entrega. Mais disse ser mentira que conseguisse arranjar produto por haver uma dificuldade terrível de entrega a todos os níveis. -----

Pedro Lobo disse não admitir que o presidente da Câmara lhe chamasse de mentiroso e que, se não quisesse ouvir o que lhe estava a dizer, era um problema seu. -----

Continuando a sua intervenção, Pedro Lobo referiu que no primeiro ponto da Ordem do Dia, havia um pedido de autorização para um determinado número de despesas e disse deduzir que não tivessem solicitado orçamentos a mais ninguém. -----

O presidente da Câmara disse terem sido consultadas muitas empresas, mas que optaram por quem podia proceder à entrega imediata. -----

Pedro Lobo pediu que lhe fosse enviada informação das empresas consultadas.-----

– Mapa de Bens e Serviços Adjudicados;-----

– Mapa de Empreitadas Adjudicadas;-----

– Mapa Obras em Curso.-----

Intervenções:-----

Ricardo Silva interveio para perguntar sobre o valor de € 762,00 para o aluguer de uma grua, uma vez que tinha sido informado, em reunião de Câmara, de que isso tinha sido oferecido. Raul Duarte explicou que os trabalhos da grua não tinham sido oferecidos e que o primeiro valor da grua tinha sido de € 1 500,00 para montagem, uma vez que o município tinha contratado esse serviço à empresa ASO que, por sua vez, subcontratou esse trabalho. Mais informou que, para a desmontagem, o município tinha contratado esse serviço diretamente à empresa e, em vez de custar € 1 500,00 custou € 762,00.-----

Elisabete Henriques esclareceu que apenas foi referido na altura, que a montagem tinha sido oferecida. O que foi confirmado pelos demais vereadores. -----

Continuando a sua intervenção, Ricardo Silva sugeriu a isenção do pagamento da taxa municipal da recolha do lixo. De seguida, perguntou quem geria a página da proteção civil, no Facebook, porque, muitas vezes, nessa página, eram feitas publicações como se fosse o presidente da Câmara Municipal.-----

O presidente da Câmara informou que a página é da proteção civil, a qual preside e que estava a ser gerida pelo engenheiro florestal, que se tinha disponibilizado para tal.-----

Paulo Martins interveio para pedir ao senhor presidente da Câmara que se comprometesse que tudo o que fosse publicado nesse Facebook da proteção civil era da sua responsabilidade. O presidente da Câmara confirmou que sim.-----

Paulo Martins solicitou uma cópia dos documentos que atestam o pagamento das quantias mensais ao município, por parte do empreiteiro do Centro Escolar, relativamente à fiscalização daquela obra. Finalmente, perguntou onde tinha ficado armazenada a árvore de natal.-----

Raul Duarte informou que a árvore está depositada no armazém do município, sito na zona industrial dos Padrões.-----

Pedro Lobo interveio novamente para solicitar um apanhado daquilo que tinha sido executado no âmbito das propostas apresentadas, pelos vereadores do PSD, há quinze dias.-

O presidente da Câmara disse não ter as propostas presentes e pediu que referisse quais eram.-----

Pedro Lobo disse constatar que, a nível de equipamentos de proteção individual, que tinham proposto ser distribuído por todos os cidadãos, não tinha sido feito.-----

O presidente da Câmara disse ser sua pretensão quando tiver esse equipamento e que ainda não o tinha feito por falta de material, sendo que, aquele que havia estava a ser distribuído às instituições de saúde, aos lares, aos bombeiros e à GNR e, quando o gabinete de emergência vai às casas entregar mantimentos e medicamentos, leva, também, máscaras para distribuição pelas pessoas.-----

Pedro Lobo disse que, atendendo a que o estado de emergência, em princípio, terminará no dia 2 de maio, haverá, a partir daí, muito mais pessoas na rua e era importante que tentassem

chegar, o mais depressa possível, nem que fosse um conjunto mínimo de máscaras e gel desinfetante, que é o que se usa mais. Relativamente ao IMI, perguntou se sempre é possível a suspensão ou anulação do seu pagamento.-----

O presidente da Câmara respondeu que, ainda que fosse possível, não se aplicaria ao IMI do presente ano e que o município já reduziu o IMI para o mínimo possível. Mais referiu que, em reunião da CIRA, ficou entendido que não se deve mexer numa taxa do Estado.-----

Diretor de Departamento interveio para dizer que a legislação que saiu, e que permite as isenções, tem limitações de isenções e não de impostos, sendo necessário ter isso em conta. Pedro Lobo disse que os municípios pertencem ao país onde foi decretada a emergência nacional e que, se estivesse em funções executivas, uma das medidas que proporia era a isenção do pagamento do IMI dos severenses nesta altura.-----

O presidente da Câmara disse ser uma questão da competência do Estado.-----

Pedro Lobo disse que podia propor o que entendesse, porque, muitos portugueses, nos quais se incluía, estavam muito longe daquilo que receberiam em circunstâncias normais, e que era evidente que a isenção do pagamento do IMI dava muito jeito a muitas pessoas.-----

Paulo Martins voltou a intervir para dizer que é suposto as comunidades intermunicipais servirem para procurar, junto do governo, esse tipo de soluções, pois existe muita gente que está impedida a receber seja o que for neste estado de emergência. Referiu que o Estado criou alguns mecanismos que ajudam algumas pessoas, mas que não ajudam todas as pessoas e que a questão do IMI, como é a questão de outro tipo de impostos que tenham que ser cobrados e pagos agora, vai ao encontro dessas pretensões das pessoas que, atualmente, não têm dinheiro para poder pagar. Mais disse que a Câmara Municipal deve tomar as devidas movimentações para ajudar a que o governo fique convencido dessa necessidade e suporte essa contribuição para que as câmaras não saiam prejudicadas.-----

O presidente da Câmara confirmou ser esse tipo de pressão que se pretende fazer.-----

-----**Período da Ordem do Dia**-----

Autorização de Despesas Covid-19: - Tendo em conta a necessidade de terem sido tomadas medidas de prevenção contra o COVID-19 e a sua propagação, e, considerando que já foram tomadas várias medidas que obrigaram à adjudicação urgente da aquisição de serviços diversos, designadamente de desinfeção de edifícios da autarquia e das IPSS, a disponibilização de meios de comunicação à Unidade de Cuidados Continuados, bem como a aquisição de bens, designadamente para a proteção individual, e também, outros serviços e bens que possam ser necessários adquirir, o presidente da Câmara Municipal apresentou uma proposta para a ratificação das despesas já assumidas de apoio à população e, ainda, a autorização das despesas que venham a ser necessárias para se travar ou minimizar os efeitos da pandemia.-----

Ricardo Silva voltou a intervir para falar sobre a ratificação e autorização de despesas COVID-19 e dizer considerar que a maior parte das mesmas não se enquadram e, na sua opinião, não fazia sentido nenhum aprovar uma autorização de despesa genérica. Referiu que, embora perceba a urgência, na sua opinião, as despesas deviam ser aprovadas ou ratificadas, uma a uma, na reunião seguinte. -----

O presidente da Câmara explicou tratar-se de uma autorização genérica de várias coisas que estão a ser trabalhadas ao mesmo tempo, pois, algumas coisas já tinham sido adquiridas e outras estavam a ser adquiridas em permanência. -----

Depois de dada a palavra, o vereador Ricardo Silva disse querer colocar algumas questões sobre as despesas do COVID-19, começando por perguntar sobre os valores de € 6 531,30 e € 3 259,50, pagos à Reclacambra, para o aluguer, durante três meses, de três estruturas, de 8x3, localizadas em Talhadas, Pessegueiro do Vouga e Sever do Vouga, dizendo serem valores com o dobro do preço de mercado. Disse querer perceber porque é que aqueles valores eram tão altos e como é que se alugava, durante três meses, por valores mais caros do que comprar definitivamente. -----

O presidente da Câmara disse terem sido feitas várias consultas de preços e que optaram pelo mais baixo dos três ou quatro orçamentos solicitados.-----

Ricardo Silva solicitou o envio desses pedidos. De seguida, perguntou como é que a Reclacambra se cobrava do aluguer da rede da ponte de Pessegueiro.-----

Raul Duarte interveio para dizer que o valor não se trata do aluguer da rede, mas sim da lona e da colocação da mesma.-----

Paulo Martins perguntou se a lona custava mais de três mil euros.-----
Raul Duarte respondeu que, no valor de € 3 259,50, estavam incluídos três outdoors grandes que estão localizados na zona industrial, com a respetiva armadura e a lona, em Talhadas, também com a respetiva armadura e a lona e em Pessegueiro do Vouga, que é uma lona montada numa rede.-----

O Diretor de Departamento fez uso da palavra para explicar ter solicitado ao presidente da Câmara para apresentar a proposta porque há muitas compras das quais se podiam esquecer de levar à Câmara Municipal para ratificar e, para evitar uma situação dessas, e, depois, ter problemas com inspeções, tinha sido elaborada a proposta. Mais disse que, estando a informação na conta corrente dos fundos disponíveis, já não é necessário compilar e remeter a despesa à Câmara Municipal para ratificação. -----

O presidente da Câmara disse tratar-se de uma medida rápida, tomada num momento drástico de emergência, portanto, não considerava ser uma decisão supérflua.-----

Pedro Lobo disse que, para si, não havia justificação nenhuma relativamente àquilo que se pagava pelos cartazes e que, mesmo em situações de emergência nacional, não custava nada perder dez segundos a pedir um preço a outra entidade.-----

O presidente da Câmara disse ter uma visão perfeitamente ao contrário e que considerava que os outdoors e o carro que visitou as freguesias tinham sido das medidas mais impactantes naquela situação, daquelas que chamam mais a atenção das pessoas e contribuíram, sem dúvida, para que as pessoas acatassem algumas das orientações e regras de acolhimento.---

Pedro Lobo disse que essas medidas tinham sido propostas pelo PSD e que isso não invalidava que pagasse dez vezes mais pelo mesmo produto, o que disse ser recorrente na Câmara.-----

Ricardo Silva disse não estar contra as medidas, mas que estava contra o valor que foi gasto naqueles produtos.-----

Raul Duarte voltou a intervir para dizer que tinham de agir rapidamente e não dava tempo para pensar, porque, se andassem aí à procura de preços, nunca mais lá chegavam e, quando lá chegassem, já não seria preciso.-----

Elisabete Henriques interveio para dizer que, relativamente à desinfeção, se não tivessem sido rápidos, já não teriam conseguido o serviço, pois já não havia quem o fizesse.-----

Ricardo Silva disse que não lhe incomodava serem rápidos, mas que o incomodava era o valor que foi pago àquela empresa, pois o valor era muito mais alto do que o valor do mercado.-----

Raul Duarte disse que pouca gente no mercado tinha disponibilidade para fazer aquele trabalho.-----

Pedro Lobo disse que a justificação da urgência e da rapidez era completamente injustificada e que, se calhar, com menos tempo conseguiam preços muito mais baratos. Por fim, disse não acreditar em nenhum dos argumentos que estavam a ser apresentados.-----

Paulo Martins disse partilhar completamente do que os seus colegas tinham falado sobre o assunto e que entendia que a proposta apresentada não era legal, pelo menos para si. Mais disse que estava a ser pedido que ultrapassassem todas as limitações que existem, ou melhor, todos os procedimentos que existem para um município contratar e que, embora concordasse com alguns gastos que têm que ser feitos em relação ao COVID-19, tal como o IMI é da competência do governo, este assunto também é o governo que tem que resolver e ser ele a passar o cheque em branco, não os vereadores da oposição, que, no seu entender, era o que estava ali a ser pedido.-----

O presidente da Câmara disse que não estavam a ultrapassar os procedimentos normais.---

Analisada a proposta, a Câmara Municipal ratificou, por maioria, as despesas já assumidas de apoio à população. Mais deliberou, por maioria, autorizar as despesas que venham a ser necessárias para se travar ou minimizar os efeitos da pandemia.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte;
Contra – Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Paulo Martins e Pedro Lobo apresentaram a seguinte declaração de voto: “*Considerando o surto epidémico da infeção pelo COVID-19, deve a Câmara Municipal preparar uma resposta operacional eficaz, que permita adotar procedimentos de prevenção, controlo e vigilância.*-----

O PSD de Sever do Vouga, atempadamente, apresentou em carta, enviada ao senhor Presidente da Câmara, um pacote de medidas que o Município deveria adotar, por forma a minorar os efeitos desta pandemia e proporcionar aos Municípes, os cuidados de saúde necessários e fundamentais, para esta nova fase das nossas vidas.-----

Desde o início se mostrou disponível e colaborante, apresentando-se sempre como um aliado neste combate. e foi por isso, com agrado, que verificou a adoção de várias medidas por nós propostas.-----

Não obstante estas considerações, a aquisição sistemática e recorrente, sem qualquer justificação que possamos aceitar como válida, de bens e serviços, a preços muito acima do Mercado, impendem-nos de aprovar o Ponto 2.1 do Período da Ordem do Dia.-----

A compra de telas a valores inflacionados, por ajuste direto, sem consulta de outras empresas, nomeadamente as que no Concelho de Sever do Vouga, fornecem estes bens, é apenas mais um exemplo do que não se deve fazer.-----

A persistência em comportamentos pouco claros, sem a transparência que se exige, numa instituição em que a confiança é fundamental, será sempre motivo de reprovação por parte dos Vereadores eleitos pelo PSD.-----

O COVID-19 não pode servir de pretexto para negócios duvidosos e especulativos.-----

Sendo certo que, do ponto de vista legal, o senhor Presidente da Câmara Municipal não necessita da aprovação dos Vereadores do PSD para pôr em prática todas as medidas necessárias à defesa dos Municípes, no combate a esta pandemia, pelos motivos invocados anteriormente, votamos contra o Ponto 2.1 da Ordem de Trabalhos.”-----

Ricardo Silva apresentou a seguinte declaração de voto: “Sendo toda esta situação relacionada com COVID-19 inesperada e desconhecida para todos nós, e tendo sempre em atenção, em primeiro lugar, a saúde e o bem-estar dos severenses, tenho que fazer tudo o que está o meu alcance para assegurar estes dois requisitos. Sou a favor de todas as ajudas financeiras que a Câmara possa conceder às várias instituições de solidariedade do concelho, aos bombeiros, GNR, pessoal de saúde e demais severenses como facilmente se pode comprovar, até aqui propusemos várias medidas de apoio e votei sempre a favor de todos os apoios concedidos pela Câmara. No entanto, as contas e os procedimentos têm que ser claros e têm que ser aprovados, um a um, sempre na reunião seguinte, dado que houve urgência e não pôde vir anteriormente à reunião. Tratando-se de dinheiro público, que vem dos impostos que todos nós pagamos, com tantas dificuldades e com tantos sacrifícios, não posso ser a favor que seja esbanjado dinheiro em adjudicações diretas de materiais e serviços muito acima do preço do mercado sem que sejam devidamente fundamentados e os procedimentos assegurados pois, assim, estão a comprometer dinheiro que virá a ser necessário no presente e no futuro para ajudar todas as pessoas do nosso concelho a ultrapassar esta situação de pandemia, tanto a nível de saúde como a nível financeiro. Mais uma vez reitero ser a favor de ajuda às nossas pessoas e a todos os que se encontram na linha da frente contra esta pandemia. Sever sabe que pode contar comigo para ultrapassar esta pandemia.”-----

Auto de Medição n.º 27 da Empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”: - Foi apresentado o auto de medição n.º 27 da empreitada “Centro Escolar de Sever do Vouga”, de trabalho contratual, no valor de € 108 805,16 (cento e oito mil, oitocentos e cinco euros e dezasseis cêntimos), acrescido do IVA.-----

Analísado o documento, a Câmara Municipal aprovou o mesmo por maioria.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques e Raul Duarte; Contra – Paulo Martins, Pedro Lobo e Ricardo Silva.-----

Paulo Martins e Pedro Lobo apresentaram a seguinte declaração de voto: “Depois da derrapagem financeira apresentada na última reunião, com base na urgência, informamos que votamos contra este auto de medição.”-----

Bolsas de Estudo – Lista Definitiva: - Na sequência da publicação da lista provisória dos alunos beneficiários à bolsa de estudo, e uma vez que não foi recebida qualquer reclamação, foi aprovado, por unanimidade, passar a lista de bolsas de estudo de provisória para definitiva, conforme documento arquivado no processo desta reunião.-----

De igual modo foram aprovados os apoios, na forma de bolsas, a pagar aos alunos beneficiados ao abrigo do previsto no regulamento e alínea hh) do n.º 1 do artigo 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Incentivo à Natalidade – Aprovação de Candidaturas: - Na sequência do requerimento apresentado ao abrigo do regulamento, a Técnica Superior do serviço de Ação Social elaborou uma informação interna com mais cinco candidaturas aprovadas. Analisada a informação, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, apoiar os seguintes candidatos em € 250,00 (duzentos e cinquenta euros).-----

- Diana Catarina Pereira Bastos;-----

- Filipa da Costa Santos;-----

- Melissa Liliana Bastos Simões;-----

- Olga Cristina Fernandes Domingues;-----

- Rosana Andreia Rebelo Oliveira.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Aquisições Amigáveis de Terreno – Empreitada “Naturvouga”: - Foram presentes e analisados os seguintes autos de aquisição amigável de terreno, para a empreitada “Naturvouga”, pela via do direito privado, cujas diligências foram efetuadas pela vereadora, assumindo a Câmara, por unanimidade, a satisfação dos encargos que deles constam, para:-

a) A compra a Mário de Bastos Mendes, NIF 184077766, de um prédio rústico omissa na Conservatória do Registo Predial e inscrito sob o artigo matricial número 5145, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, pelo valor de € 420,00 (quatrocentos e vinte euros), área adquirida de 210m².-----

b) A compra aos herdeiros da herança indivisa aberta por óbito de António Pereira Ribeiro, NIF 707895863, de um prédio rústico, descrito na Conservatória do Registo Predial de Sever do Vouga sob o número 5750 e inscrito sob o artigo matricial número 2108, da freguesia de Pessegueiro do Vouga, pelo valor de € 4 320,00 (quatro mil, trezentos e vinte euros), área adquirida de 2160m².-----

Paulo Martins perguntou quantos terrenos ainda faltava adquirir.-----

Elisabete Henriques disse faltarem cerca de quatro ou cinco terrenos.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Isenção de Taxas Administrativas: - De acordo com a proposta apresentada pelo presidente da Câmara Municipal, o órgão executivo aprovou, por unanimidade, a isenção do pagamento das taxas constantes da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais, nomeadamente de publicidade, ocupação da via pública com equipamentos destinados a comércio e indústria, durante o ano de 2020, de forma a minimizar os prejuízos provocados pela pandemia.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

Devolução de Taxa – Associação de Artesãos de Sever do Vouga: - De acordo com o pedido apresentado pela Associação de Artesãos de Sever do Vouga, a Câmara Municipal aprovou, por unanimidade, proceder à devolução do valor de € 176,03, pago por aquela entidade pelo registo da atividade na plataforma do empreendedor e pela emissão do alvará de utilização daquele estabelecimento, por tratar-se de uma associação sem fins lucrativos.-----

Esta deliberação foi tomada ao abrigo da alínea a), do n.º 2, do artigo 8º do Regulamento e Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.-----

Votação: A favor – António Coutinho, Almeida e Costa, Elisabete Henriques, Paulo Martins, Pedro Lobo, Ricardo Silva e Raul Duarte.-----

---- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta reunião, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu.-----